
PREFÁCIO

Muito se fala e se falou ao longo da história do Brasil em justiça social, porém para a maioria das pessoas este é um conceito muito abstrato, pois não consegue perceber parâmetros quantitativos, que o caracterize, bem como também não consegue avaliar qual é o seu nível mais apropriado para o nosso povo.

Para melhorar este entendimento têm sido empregados índices, como por exemplo, o índice de desenvolvimento humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Índice Gini, desenvolvido pelo matemático e estatístico italiano Conrado Gini e utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, entretanto, a perfeita compreensão destes índices, também, ainda não é comum para a maioria das pessoas.

Torna-se, no entanto, mais fácil compreender o que é justiça social quando se interpreta como sendo o equilíbrio entre a riqueza e a cidadania.

Neste livro procuramos caracterizar que a riqueza, em termos de país, só é de fato riqueza, se ela for razoavelmente distribuída e, neste caso, denominamos a riqueza como sendo prosperidade.

Por outro lado, as conquistas dos direitos, especialmente os sociais, só têm sentido se forem suportadas pelo processo

econômico e sem paternalismo, ou seja, se elas puderem ser mantidas sem afetar a prosperidade.

Por esta razão é que defendemos a tese de que a justiça social constitui-se exatamente no equilíbrio entre estas duas vertentes, prosperidade e cidadania. Estes temas quando analisados do ponto de vista de um país apresentam grandes semelhanças, embora em uma análise isolada pareçam antagônicos.

É comum em sociedades, como a brasileira, que não se desenvolveram em ambiente democrático, criar-se uma cultura econômica sem a preocupação com o bem-estar coletivo, e a partir daí promover uma concentração da renda em mãos de uma pequena parcela da população.

É comum também os direitos sociais virem antes dos direitos políticos e desta forma criar um sentimento de paternalismo. Neste ambiente é frequente a luta por direitos absolutamente insustentáveis economicamente e que, portanto, não resultarão em justiça social.

No caso do Brasil, como se sabe, o processo histórico em que se deu a formação da nação gerou uma elite dominante conservadora, que concentrou a riqueza e não se preocupou com o povo que permaneceu sem educação e sem as mínimas condições de uma vida digna.

O resultado de tudo isto é que o Brasil é um país rico de um povo pobre, que está entre as dez maiores economias do mundo, e tem padrões de saúde, educação e indicadores sociais comparáveis aos países mais pobres da África Equatorial.

Neste livro procuramos analisar os diversos aspectos que impactam a justiça social, sem, entretanto, considerar aspectos religiosos por serem dogmáticos e muito influenciados pelas crenças pessoais.

Não temos a pretensão de que as ideias aqui lançadas sejam a expressão da verdade, e sim explicitarmos essas ideias e opiniões para que possam ser debatidas e desta forma contribuir para formação de uma cultura que privilegie a igualdade social tanto na riqueza, quanto nos direitos sociais.

Gostaria de dedicar este livro a todos que pensam o Brasil, e ao povo brasileiro, um povo sofrido que muitos dizem ser indolente, no entanto não é, e apesar de todo sofrimento e dificuldade é um povo alegre, cordial e, como diz o poeta, não se entrega nunca, porém, se o nosso povo almeja ser grande, precisa rever muitos conceitos hoje reinantes, e lutar por melhorias, para se tornar de fato um povo desenvolvido.

O autor

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
2	PROSPERIDADE – A RIQUEZA DAS NAÇÕES E DO BRASIL.....	7
3	A CIDADANIA NO BRASIL E NO MUNDO	17
4	A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS...	59
5	A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO EDUCACIONAL	65
6	A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS POLÍTICOS E DE GOVERNO	71
7	A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS ECONÔMICOS	87
8	JUSTIÇA SOCIAL E IGUALDADES SOCIAIS	109
9	PERSPECTIVA DE FUTURO.....	117
10	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	121
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
	APÊNDICES	133
	ÍNDICE ANALÍTICO.....	201